

TURISMO E MEIO AMBIENTE: A PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIOS NATURAIS POR MEIO DO ECOTURISMO

SILVA, Odair Vieira da.

Bacharelado e Licenciatura em Geografia – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus Presidente Prudente.

Especialista em Ciências Humanas: Cidadania e Cultura – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Especialista em Legislação Ambiental e Turismo – Associação Cultural e Educacional de Garça – ACEG. Docente do Curso de Bacharelado em Turismo - Faculdade de Ciências Humanas – FAHU/ACEG – Garça – São Paulo – Brasil.

E-mail: odairvieiras@professor.sp.gov.br

SANTOS, Silvia Gomes dos.

Bacharel em Turismo – Faculdade de Ciências Humanas – FAHU/ACEG – Garça – São Paulo – Brasil.

s_gomes_63@hotmail.com

RESUMO:

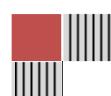
O presente artigo pretende realizar uma análise profícua sobre a vertente do turismo, denominada ecoturismo. Nesse sentido, as atividades ligadas ao ecoturismo serão analisadas como mecanismos de conservação da natureza, promotoras de desenvolvimento sustentável das comunidades locais. O enfoque será dado sobre práticas educacionais ligadas ao ecoturismo, transformando essa atividade num poderoso instrumento de educação ambiental, contribuindo assim, para a preservação da bio e sociodiversidade.

Palavras-chave: Ecoturismo, Educação Ambiental, Meio Ambiente, Preservação.

ABSTRACT:

This article intends to undertake a meaningful analysis on the shedding of tourism, called ecotourism. Accordingly, the activities related to ecotourism will be analyzed as mechanisms for the conservation of nature, promoting sustainable development of local communities. The focus will be given on educational practices related to ecotourism, turning this activity a powerful instrument of environmental education, thus, for the preservation of bio and partner diversity.

Key-words: Ecotourism. Environmental Education. Environment. Preservation.



1. INTRODUÇÃO

O uso e a ocupação de forma desordenada do território brasileiro provocaram a drástica redução das áreas de vários biomas, reduzindo a fragmentos, em muitos casos, exuberantes áreas do patrimônio natural brasileiro. Podem-se citar como exemplos mais nevrálgicos dessa devastação os casos ocorridos com o Cerrado, a Caatinga, a Mata de Araucárias, e a Mata Atlântica.

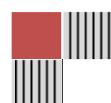
Apesar da intensa campanha veiculada por diversos meios de comunicação em massa, das ações governamentais, empresariais, de organizações da sociedade civil e de Interesse Público, o ritmo dessa devastação ainda continua acelerado em várias partes do país. Tal situação é consequência de fatores variados, mas principalmente da ineficácia de ações sócio educativa, falta de fiscalização e punição aos indivíduos e empresas que descumprem a legislação ambiental – que é uma legislação ampla, complexa e muito bem elaborada.

O distanciamento existente entre a grande maioria da população e os ambientes naturais, talvez seja um dos grandes obstáculos que impedem a interiorização de práticas ambientais corretas. Permitir uma maior aproximação entre a sociedade e as áreas naturais deve ser o caminho mais adequado para reverter essa realidade. Nessa perspectiva, o ecoturismo possibilita uma relação direta, a relação de troca, aprendizado e respeito acrescentando valor à experiência do visitante, por meio do fornecimento de informações e representações que realcem a história e as características culturais e ambientais do lugar visitado.

2. ECOTURISMO COMO ALTERNATIVA DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS AMBIENTES NATURAIS.

O ecoturismo surgiu como uma modalidade de turismo que utiliza recursos da natureza, que busca mudar o quadro de degradação imposto pelo turismo de massa, apostando em uma forma “alternativa de fazer turismo, buscando a conservação, o entendimento e apreciação do meio ambiente e das culturas visitadas”. (WEARING e NEIL, 2000).

No Brasil, a atividade ecoturística nasceu associada a atividades de educação ambiental na década de 1980, cujos ideais se pautavam, a princípio, “na formação do sujeito ecológico, uma ruptura com a sociedade de consumo” (FURLAN, 2003). Nos anos 1990, as paisagens naturais ganharam destaque frente às preferências dos turistas, principalmente devido à estagnação dos roteiros convencionais e estresse gerado nos grandes centros urbanos. A fuga da agitação cotidiana impulsionou as viagens às regiões naturais e a natureza passou a ser vista como um argumento comercial e valioso (LIMA, 2003).



Atualmente, o ecoturismo mostra-se mais como uma resposta do setor produtivo às pressões sociais (FURLAN, 2003), em que as amenidades da natureza estão sendo mercantilizadas, ou seja, a qualidade da natureza apropriada por uns e consumida por outros (RODRIGUES, 2002). Para Lima (2003), esta modalidade é cada vez mais desenvolvida por propiciar um fundamento econômico lógico para a preservação de áreas naturais.

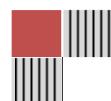
A atividade ecoturística teve novo redirecionamento na sociedade pós-industrial. Com o aumento do tempo livre, as viagens turísticas tiveram forte incremento, não somente para lugares tradicionalmente visitados, mas também para roteiros diferentes, sobretudo os ligados ao imaginário de santuários da vida silvestre ou parcela de natureza intocada, o que permitiu a dinamização do setor e mudança de comportamento em que o consumo coletivo da natureza passou a ser ao mesmo tempo a destruição coletiva da mesma natureza (RODRIGUES, 2002).

Segundo Swarbrooke (2000), o ecoturismo se destaca como atividade econômica, realizada em pequena escala, de baixo impacto ambiental, orientada para áreas de significativa relevância natural e cultural. Quando alicerçado em práticas educacionais pode tornar poderoso instrumento de educação ambiental, contribuindo assim para a conservação da bio e sociodiversidade (FURLAN, 2003). Para Furlan (2003), o ecoturismo constitui prática de lazer associada à conservação da natureza, uma nova modalidade de uso do tempo livre, onde áreas mais próximas do natural estão sendo re-valorizadas pelos novos objetos desta atividade. Os princípios do ecoturismo, destacados por Pires (1998, p.48), se prendem a:

“1) Viagens responsáveis para áreas de valor natural, com finalidade de maior entendimento das questões ambientais; 2) Apoio à conservação ambiental, com uso sustentável dos recursos; 3) Interação da população local para obtenção de benefícios econômicos do turismo de maneira racional; 4) Diminuição dos possíveis impactos físicos e culturais que possa ser gerado; 5) Educação Ambiental com a intenção de formação e aprofundamento da consciência ecológica e respeito aos valores culturais, tanto para a comunidade anfitriã, quanto para os turistas.”

Rodrigues (2003) ressalta que um dos princípios básicos do ecoturismo consiste em uma oferta para pequenos grupos, empreendido por pequenas empresas, muitas vezes extrapolados por empreendimentos e produtos que fogem ao ideário do verdadeiro ecoturismo. Para Boo (1990, apud, SCHIAVETTI, 1997), dois princípios básicos embasam o ecoturismo: a proteção dos recursos naturais das áreas visitadas, e o envolvimento e beneficiamento das populações vizinhas às áreas envolvidas com o ecoturismo.

No Brasil, Pires (1998), resgata as primeiras ligações entre ecoturismo e áreas protegidas. Segundo ele, as primeiras agitações ocorreram em torno da inserção de programas de visitação e uso público das unidades, dentro do plano de manejo, sendo em 1978, elaborado o primeiro Plano



de Manejo do Brasil para o Parque Nacional de Sete Cidades – Piauí, onde se incluía no mesmo, propostas de programa de uso público para a área. Na verdade o que se tinha era um acordo com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, para aproveitar o potencial dos Parques Nacionais através do turismo de natureza que na época era chamado de turismo ecológico.

“Com o lema conhecer para preservar. O fato de áreas naturais estarem associadas às unidades de conservação contribui para o aumento da visitação nestes espaços, tanto pelos valores ecológicos e paisagísticos (daí o interesse da comunidade científica e de turistas), como também devido à infra-estrutura que apresentam” (PIRES, 1998, p. 134).

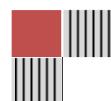
De acordo com Lima (2003), o ecoturismo em áreas naturais protegidas é visto como veículo para financiar a conservação da natureza, promover o desenvolvimento de economias deprimidas e beneficiar comunidades locais, por outro lado, está relacionado intimamente com o consumo e venda de paisagem.

Para Costa e Costa (2000), de um lado, o ecoturismo em unidades de conservação contribui para a manutenção e fiscalização dos ecossistemas, por outro lado, encerra o dilema de integridade ecológica, concomitantemente ao uso do potencial de seus recursos para turismo e recreação. As autoras destacam que os impactos ambientais aumentam à medida que intensificam os níveis de visitação, no entanto, Magro (1990, apud COSTA; COSTA, 2000), argumenta que o aumento da visitação pode ser encarado como positivo, pois contribui para a disseminação dos programas de educação ambiental.

O ecoturismo em unidades de conservação é valorizado pelo seu potencial educativo, pois pode criar defensores para a proteção do meio ambiente. Para Boo (1990, apud LIMA, 2003), a atividade pode ser positiva para a conservação e o desenvolvimento sustentável, porém, apenas se gerar fundos para áreas protegidas e comunidades anfitriãs, à medida que cria empregos e oferece Educação Ambiental.

“O turismo para ser verdadeiramente ecológico em áreas protegidas deve obrigatoriamente satisfazer algumas finalidades: as áreas naturais, como lugar de todos, no sentido global e, lugar das comunidades locais, no sentido específico; mínimo impacto sobre o meio ambiente e populações locais; contribui para a gestão de áreas protegidas e melhorar os vínculos entre a administração dos parques e as comunidades locais; propiciar benefícios econômicos e outros para os habitantes locais e no lugar; autentica interação entre visitantes e anfitriões; complementar as atividades produtivas tradicionais; oportunidades para os habitantes locais de empregos no setor e valorização das atrações e, inserir os habitantes locais no processo que determina o tipo e a amplitude do ecoturismo” (SILVEIRA, 2003, p. 106).

Os impactos positivos decorrentes do ecoturismo em áreas protegidas refletem diretamente na economia e organização social local, envolvendo sustentação econômica destas áreas e das unidades visitadas, integração com as populações locais, juntamente com a difusão da Educação Ambiental.



Os impactos negativos são perceptíveis indiretamente nas relações de trabalho e serviços locais e diretamente sobre o meio ambiente.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o exposto, pode-se concluir que o ecoturismo é a modalidade ideal de turismo a ser praticada em unidades de conservação, ainda que, na realidade, muitos objetivos e aspirações – econômicos, sociais e conservacionistas, que se objetivam atingir com essa atividade, estejam longe de serem plenamente concretizados e/ou alcançados.

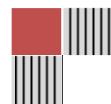
O ecoturismo em áreas naturais protegidas é visto como veículo para financiar a conservação da natureza, promover o desenvolvimento de economias deprimidas e beneficiar comunidades locais, por outro lado, está relacionado intimamente com o consumo e venda de paisagem.

Várias comunidades vêm a possibilidade de desenvolver o ecoturismo, explorando, para isso, os seus recursos naturais, como forma de geração de renda e crescimento econômico para suas populações. É interessante notar que ao inserir estes espaços naturais – que carecem de preservação – na economia de mercado, abre-se à possibilidade de uma exploração predatória que acabe por destruir o seu equilíbrio. Seja em maior ou menor grau, toda atividade ecoturística provoca uma modificação no sistema natural onde é desenvolvida.

Todavia, a atividade ecoturística em ambientes naturais e unidades de conservação, contribuem para a disseminação de práticas educativas e sociais de respeito, fiscalização e manutenção dos ecossistemas.

4. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, V. C.; COSTA, N. M. C. **O desafio do ecoturismo em unidades de conservação**. Geo UERJ, nº 08, p. 55-66, 2º semestre, 2000.
- FURLAN, S. A. Ecoturismo: do sujeito ecológico ao consumidor da natureza. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Ecoturismo no Brasil**: possibilidades e limites. São Paulo: Contexto, 2003, p. 29-58.
- LIMA, M. L. C. (Eco) turismo em unidades de conservação. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Ecoturismo no Brasil**: possibilidades e limites. São Paulo: Contexto, 2003, p. 71-87.
- PIRES, P. S. **Ecoturismo no Brasil**: uma abordagem histórica e conceitual na perspectiva ambientalista. 1998. Tese (Doutorado em Geografia Humana). FFLCH-USP, São Paulo, 1998.
- RODRIGUES, A. M. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: YAZIGI, E. CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. (org.). **Turismo**: espaço e cultura. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.



RODRIGUES, A. B. (org.). **Ecoturismo no Brasil:** possibilidades e limites. São Paulo: Contexto, 2003.

SCHIAVETTI, A. ROBIM, M. J. MORAES, M. E. B. **Parque Estadual de Campos do Jordão:** avaliação quantitativa de visitação. Turismo em análise. v. 8, nº 2, p. 13-20, nov. 1997.

SILVEIRA. M. A. T. Ecoturismo, políticas públicas e a estratégia paranaense. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Ecoturismo no Brasil:** possibilidades e limites. São Paulo: Contexto, 2003. p. 101 – 120.

SWARBROOKE, J. **Turismo:** conceito e impacto ambiental. São Paulo: Aleph, 2000.

WEARING, S.: NEIL, J. **Ecoturismo:** impactos potencialidades e possibilidades. São Paulo: Manole, 2000.

